

Ata n.º 3/2023

do

Conselho Científico da Faculdade de Direito de Lisboa

No dia 22 de março de 2023, com início pelas 15:19, teve lugar reunião plenária do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, presidida pelo Professor Pedro Barbas Homem, coadjuvado pela Professora Maria José Rangel de Mesquita e secretariada pela Professora Madalena Perestrelo de Oliveira.

A reunião seguiu a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Aprovação da ata da reunião anterior.
2. Informações.
3. Distribuição de serviço docente
4. Pessoal docente.
5. Licenciatura.
6. Mestrados.
7. Doutoramentos.
8. Pós-doutoramentos.
9. Cooperação.
10. Erasmus e Relações Internacionais.
11. Outros assuntos.

Participaram na reunião os Professores Miguel Teixeira de Sousa, Fernanda Palma (a partir das 16h), Luís Menezes Leitão, Maria do Rosário Palma Ramalho, Vasco Pereira da Silva, Maria João Estorninho, Ana Paula Dourado, Paulo Sousa Mendes, David Duarte Fernando Loureiro Bastos, Sílvia Alves, Pedro Caridade de Freitas, Elsa Dias Oliveira, Isabel Alexandre, João Espírito Santo, Miguel Prata Roque e Mafalda Carmona. Em razão de compromissos assumidos na Faculdade, o Professor Miguel Teixeira de Sousa não participou na reunião a partir do final do ponto 5 da Ordem de Trabalhos.

✓



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Professora Carla Amado Gomes foi substituída pelo Professor Vitalino Canas. O Professor Guilherme d'Oliveira Martins foi substituído pelo Professor José Renato Gonçalves. Entre as 16:10 e as 17h, período em que se tratou dos aspetos correspondentes aos pontos 5.2. a 6.7. da presente ata, a Professora Helena Morão foi substituída pelo Professor Jorge Duarte Pinheiro.

Participou, também, na reunião a Diretora, Professora Paula Vaz Freire.

1. Ponto 1 da Ordem de Trabalhos (ata da reunião da reunião anterior)

A ata n.º 2/2023 do Conselho Científico, correspondente à reunião plenária de dia 22 de fevereiro de 2023, foi aprovada por unanimidade pelos Professores que estiveram presentes nessa reunião.

2. Ponto 2 da Ordem de Trabalhos (Informações)

2.1. O Presidente do Conselho Científico recordou que este ano se jubilam 4 Professores da Faculdade e informou que estão a ser preparadas as aulas de jubilação dos Professores Catedráticos. A aula de jubilação do Professor António Menezes Cordeiro está agendada para o dia 4 de maio, pelas 16h e a aula do Professor Eduardo Paz Ferreira para o dia 8 de maio, pelas 17h. A aula de jubilação do Professor José Lamego será posteriormente agendada e será, também, conversada a forma como o Conselho Científico se pretende associar à jubilação do Professor Jorge Reis Novais, que não é Professor Catedrático.

2.2. O Presidente do Conselho Científico informou sobre a intenção de avançar com uma discussão sobre a atribuição do estatuto de Professor Emérito, tema que exige consenso e um diálogo aprofundado. O Presidente do Conselho Científico notou que outras Faculdades atribuem este estatuto, de forma seletiva, a Professores que querem distinguir em relação a outros. Assinalou, ainda, que haverá tempo para discutir o tema.

2.3. A propósito do Regulamento de avaliação de desempenho dos Professores, ainda que a competência não seja do Conselho Científico, o Presidente do Conselho Científico sugeriu que este órgão deve ter uma palavra decisiva numa

eventual alteração do Regulamento. Nesse sentido, o Presidente do Conselho Científico propôs que a Comissão Permanente fique responsável por auscultar os Professores sobre propostas de alteração convenientes e, posteriormente, preparar um documento com propostas de alteração ao Regulamento, que sirva de base para debate. A proposta foi aceite por unanimidade. A Diretora assinalou que, pela primeira vez, existiu um exercício de avaliação generalizado na Faculdade, o que fez com que todos os docentes olhassem com outros olhos para o Regulamento, tornando manifesta a utilidade da existência deste grupo de reflexão.

3. Ponto 3 da Ordem de Trabalhos (Distribuição de Serviço Docente)

3.1. O Professor Miguel Teixeira de Sousa apresentou a proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídicas, para o 2.º e o 3.º ciclos, para o ano letivo 2023/2024. Assinalou que a proposta ainda não está completa, em particular na parte respeitante ao Direito Penal, porque no próximo ano letivo existe uma coincidência de várias dispensas de serviço docente, o que torna necessário ponderar como colmatar as lacunas nessa área. O Professor João Espírito Santo fez sugestões respeitantes à alocação de serviço docente na área do Direito Penal, que foram acolhidas pelo Professor Miguel Teixeira de Sousa.

A proposta de distribuição de serviço docente, constante do Anexo 1, foi aprovada por unanimidade.

3.2. A Professora Sílvia Alves apresentou a proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Histórico-Jurídicas, para o 1.º, 2.º e 3.º ciclos, para o ano letivo de 2023/2024. A proposta, constante do Anexo 2, foi aprovada por unanimidade.

3.3. A Professora Ana Paula Dourado apresentou a metodologia subjacente à elaboração da proposta de distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Económicas. A proposta não foi votada, por não ter existido oportunidade de a enviar com antecedência adequada aos Conselheiros, ficando agendada a sua votação para a reunião de abril.



3.4. Em relação à distribuição de serviço docente do Grupo de Ciências Jurídico-Políticas para o semestre em curso, a Professora Maria João Estorninho informou o Conselho que foi preciso desdobrar a turma de Direito das Organizações Internacionais, no Mestrado em Direito e Prática Jurídica, mas que a Professora Margarida d'Oliveira Martins, regente dessa Unidade Curricular, se disponibilizou para lecionar as duas turmas.

4. Ponto 4 da Ordem de Trabalho (Pessoal Docente)

4.1. Foi apreciado o pedido de manutenção do contrato por tempo indeterminado, apresentado pela Professora Sónia Santos Viana, nos termos do artigo 25.º do ECDU e 6.º e 7.º do Regulamento relativo ao regime de vinculação e avaliação da atividade desenvolvida durante o período experimental por professores catedráticos, associados e auxiliares da Universidade de Lisboa. Atento o parecer favorável à nomeação definitiva emitido pelos Professores Luís Menezes Leitão e Maria do Rosário Palma Ramalho (Anexo 3) e o desempenho científico, académico e pedagógico da Professora Sónia Santos Viana, a manutenção do contrato por tempo indeterminado foi votada favoravelmente por cada um dos Conselheiros presentes com direito de voto.

4.3. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, o requerimento do Professor Nuno Cunha Rodrigues de considerar sem efeito a licença sabática previamente concedida para o período referente ao 2.º semestre do ano letivo de 2022/2023 (Anexo 4), em razão de ter sido nomeado para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência.

O Conselho Científico felicitou o Professor Nuno Cunha Rodrigues pelas funções assumidas.

4.4. O Conselho Científico deu parecer favorável ao pedido de acumulação de funções docentes da Professora Sandra Lopes Luís, no 2.º semestre do ano letivo 2022/2023, com as de docente no Instituto Universitário Militar, desde que não haja prejuízo para o serviço docente da Faculdade.

4.5. O Conselho Científico aprovou, por unanimidade, a proposta de contratação, a 30%, do Dr. Bernardo Costa Faria como Assistente Convidado da Faculdade. Nos termos do disposto nos arts. 6.º e 9.º do Regulamento Geral de Contratação do Pessoal Docente Especialmente Contratado da Universidade de Lisboa, a proposta de convite foi apresentada pelos Professores Miguel Teixeira de Sousa e Paulo de Sousa Mendes, cujo parecer constitui o Anexo 5 à presente ata, e foi submetida ao Conselho Científico pelo Presidente, que manifestou a sua concordância com a mesma.

5. Ponto 5 da Ordem de Trabalhos (Licenciatura)

5.1. A Diretora informou o Conselho que o 2.º semestre se iniciou com normalidade. Em Direito Penal foi necessário desdobrar algumas turmas, o que foi rapidamente resolvido. Notou que a Direção tem estado a trabalhar em conjunto com o Conselho Pedagógico para aperfeiçoar os inquéritos pedagógicos garantindo maior fiabilidade.

A Diretora lançou a questão de saber se a Faculdade iria tomar posição relativamente à forma de avaliação dos alunos, face à disseminação de ferramentas de inteligência artificial, que têm potencial para deturpar o sistema de avaliação.

5.2. O Presidente do Conselho Científico agradeceu e informou que convidou o Professor Arlindo Oliveira, que foi Diretor do Instituto Superior Técnico, e é a maior autoridade em matéria de inteligência artificial, para ir ao Conselho Científico falar sobre os desafios atuais e futuros da inteligência artificial.

Os Professores Luís Menezes Leitão, Maria do Rosário Palma Ramalho, Paulo de Sousa Mendes e Vasco Pereira da Silva apresentaram a sua visão sobre o impacto da inteligência artificial no ensino e avaliação, a potencial desadequação dos regulamentos da Faculdade para lidar com a inteligência artificial e o Professor Paulo Sousa Mendes apontou nomes de especialistas na matéria que podem dar um contributo útil para a discussão. A Professora Maria Fernanda Palma recordou a investigação e formações que o Centro de Investigação em Direito Penal e Ciências Criminais tem desenvolvido, desde 2015, no domínio da inteligência artificial.

✓
8



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

A Professora Ana Paula Dourado destacou que, sem prejuízo dos desafios relacionados com a inteligência artificial que se colocarão no futuro, é também preciso endereçar o problema dos trabalhos encomendados, realidade que torna importante repensar a avaliação dos Mestrados e Doutoramentos.

O Presidente do Conselho Científico agradeceu as sugestões, afirmando que poderá ser pensada em conjunto uma conferência focada no impacto da inteligência artificial no ensino jurídico e avaliação dos estudantes.

6. Ponto 6 da Ordem de Trabalhos (Mestrados)

6.1. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de tema da dissertação de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Penal e Ciências Criminais) apresentado por Ana Caroline Mota, nos termos constantes do Anexo 6.

6.2. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de tema da dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Ciências Jurídico-Forenses) apresentado por Ana Sofia Passos, nos termos constantes do Anexo 7.

6.3. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de tema da dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito da Empresa) apresentado por Beatriz Almeida, nos termos constantes do Anexo 8.

6.4. Foi aprovado, por unanimidade, o requerimento de alteração de tema da dissertação de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública) apresentado por Janilson Semedo, nos termos constantes do Anexo 9.

6.5. A admissão à segunda fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica de Diogo Parreira foi aprovada, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 10.

6.6. Foram aprovadas, por unanimidade, as admissões à segunda fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica constantes do Anexo 11.

6.7. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho apelou a que se faça uma reflexão sobre os critérios de acesso ao Mestrado, o que mereceu a adesão do Presidente do Conselho Científico. A propósito da taxa de desistências do Mestrado, a Professora Ana Paula Dourado avançou que lhe parece que vários alunos não terminam o curso de Mestrado porque estão a trabalhar, sendo, aliás, essa a conclusão a que chegou a comissão avaliadora há 10 anos. Adicionalmente, notou que o Regulamento dos Mestrados e Doutoramentos foi alterado no sentido de tornar mais exigente para o orientador o acompanhamento dos orientandos e da elaboração das teses de Doutoramento. Seria importante pensar-se como melhorar o desempenho no Doutoramento, bem como o acompanhamento que é dispensado aos alunos. O Professor Fernando Loureiro Bastos salientou que nos critérios para a avaliação do desempenho dos docentes apenas são consideradas as orientações bem-sucedidas, sendo que as outras são também muito trabalhosas.

O Professor Jorge Duarte Pinheiro informou o Conselho que está em processo de discussão, no Centro de Estudos Judiciários, a alteração das regras de ingresso para deixar de se exigir o mestrado completo, passando a ser exigida apenas a parte escolar, o que pode ter efeitos reflexos no curso de Mestrado. Os Professores Ana Paula Dourado, Maria do Rosário Palma Ramalho, Maria João Estorninho e Fernando Loureiro Bastos trocaram impressões sobre a conveniência de existir mais controlo dos ingressos no curso de Doutoramento, tendo os Professores Maria José Rangel de Mesquita e Paulo Sousa Mendes assinalado que esse controlo já é feito para os casos mais duvidosos.

O Professor Paulo Sousa Mendes notou que a seleção casuística apenas é possível em universos mais limitados, como sucede no Master in Law and Management. Recordou que ainda estamos a recuperar os números pré-pandemia, assinalou que é preocupante a reduzida taxa de alunos licenciados na FDUL que se inscreve no Mestrado em Direito e Ciência Jurídica da Faculdade e, ainda, que considera que uma seleção forte à entrada não é garantia de sucesso à saída. Por outro lado, as dispensas de parte escolar do Doutoramento e a junção das turmas de

U
P



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mestrado e Doutoramento podem gerar a impressão de uma desvalorização do curso de Doutoramento.

A Professora Ana Paula Dourado propôs a realização de uma reunião para serem debatidos estes problemas. O Presidente do Conselho Científico afirmou que será agendado um Conselho Científico extraordinário com esse propósito.

6.8. O requerimento de alteração de orientador do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Penal e Ciências Criminais) apresentado por Luiz Presotto foi aprovado por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 12.

6.9. O requerimento de alteração de orientador do Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Penal) apresentado por Tavane Ferreira foi aprovado por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 13.

6.10. O requerimento de alteração de orientador do Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade de Ciências Jurídico-Forenses) apresentado por Ana Sofia Passos foi aprovado por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 14.

6.11. O requerimento de alteração de orientador do Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Administrativo e Administração Pública) apresentado por João Mendes foi aprovado por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 15.

6.12. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Civil) de Mónica Fuzato foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 16.

6.13. Foram aprovados os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica de Beatriz Monteiro, Vanda Peixoto (especialidade em Direito da Empresa), Marta Relvas, Mayara Dias (especialidade em Direito Civil) e de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica de Elisa Silva (especialidade em Ciência Jurídica) e Valdir Palmieir

12



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

(especialidade em Direito Laboral), nos termos constantes do Anexo 17.

6.14. Foram aprovados, por unanimidade, os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Penal) de Liliana Andrade, Maria Leonor Magalhães, Eduardo Amaral, Carla Ramos, Daniela Ribeiro, Jaqueline Catarino, Augusto M'bana, Cláudia Webster-Saraiva, Maria Ataíde, João Baptista, Carlos Conceição e Sara Costa, nos termos constantes do Anexo 18.

6.15. Foram aprovados, por unanimidade, os júris de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Penal) de Daniele Avelino, Maria Pereira, Mariya Kulyk e Miguel Franco, nos termos constantes do Anexo 19.

6.16. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em Direito Penal e Ciências Criminais) de Augusto Piaskoski foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 20.

6.17. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Penal) de Joana Pinho foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 21.

6.18. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Ciências Jurídico-Forenses) de Micaela Barradas foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 22.

6.19. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica de Igo Santos, Daniela Hampe e Thaise Castro (especialidade em Direito Constitucional), de Ana Carolina Boldrini (especialidade em Direitos Fundamentais) foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 23.

6.20. A alteração do júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Financeiro e Fiscal) de Patrícia Duarte foi aprovada por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 24.

6.21. O júri de Mestrado em Direito e Prática Jurídica (especialidade em Direito Financeiro e Fiscal) de Artur Gabriel foi aprovado por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 25.

6.22. O júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica de Luciana Costa e Filipa Teixeira (especialidade em Direito Financeiro e Fiscal), Bibiana Freitas (especialidade em Economia e Políticas Públicas) e Gabriel Sales (especialidade em Direito e Economia) foi aprovado, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 26.

6.23. O júri de Mestrado em Direito e Ciência Jurídica (especialidade em História do Direito) de Ana Letícia Gonçalves foi aprovado, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 27.

6.24. A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho assinalou a burocracia excessiva associada à marcação das provas de Mestrado e o Professor Fernando Loureiro Bastos fez sugestões sobre a reformulação do sistema fénix.

7. Ponto 7 da Ordem de Trabalhos (Doutoramentos)

7.1. O requerimento de Rita Rosário de admissão à fase de preparação da tese de Doutoramento com dispensa da fase escolar foi aprovado por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 28.

7.2. O requerimento de acesso à 2.^a fase do Doutoramento (especialidade em Ciências Jurídico-Políticas) de Juliana Cabral foi aprovado, por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 29.

7.3. A alteração de orientador no Doutoramento em Direito (especialidade de História do Direito) de Elsa Silva foi aprovada, por unanimidade, nos termos que constam do Anexo 30.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

h
8

7.4. Foram discutidos os requerimentos apresentado por Miguel de Lemos, de alteração de orientador de Doutoramento, de coorientação, de alteração de título da tese de Doutoramento e elaboração da tese em inglês.

O Professor Fernando Loureiro Bastos, secundado pela Professora Ana Paula Dourado, partilhou com o Conselho Científico que considera que o título em inglês “the law of the jungle” pode ser interpretado como uma desvalorização de ordenamentos jurídicos africanos, com os quais a Faculdade coopera. Notou, ainda, que a investigação do Doutorando não se altera caso o título não seja este. O Professor João Espírito Santo manifestou a sua discordância quanto ao caráter insultuoso do título e destacou que é comum as obras escritas em inglês apresentarem títulos metafóricos, com impacto. A Professora Maria João Estorninho, apesar de se mostrar adepta da liberdade científica e das escolhas pessoais de cada um, questiona se, no contexto atual, face ao risco de – ainda que injustamente – o título poder ser interpretado como ofensivo, a Faculdade se deveria sujeitar a um potencial mal-entendido desnecessário. O Professor Paulo Sousa Mendes pediu esclarecimentos quanto ao currículo dos coorientadores externos propostos pelo Doutorando. O Professor David Duarte manifestou dificuldade em compreender a associação da expressão metafórica “law of the jungle” e África, destacando que esta é uma metáfora utilizada para traduzir uma forma de anarquia. Salientou, ainda, que qualquer risco de interpretação indevida do título responsabiliza apenas o Doutorando. O Professor Fernando Loureiro Bastos reforçou que, como Presidente do Instituto da Cooperação, tem o dever de salvaguardar suscetibilidades que esta situação possa ferir.

Os Professores David Duarte e Paulo Sousa Mendes trocaram impressões sobre as vantagens da coorientação proposta e sobre os currículos dos coorientadores, especialmente tendo em consideração que um dos Professores indicados se dedica ao estudo da antropologia cultural, o que, na perspetiva do Professor Paulo Sousa Mendes, pode levantar preocupações adicionais quando conjugado com o título proposto. O Professor João Espírito Santo negou esta visão e o Professor David Duarte afirmou, ainda, que o Regulamento admite que exista mais do que um coorientador e que a coorientação valoriza as teses em geral. Em especial, quando as teses sejam transversais e interdisciplinares correm o risco de serem



insuficientes nas áreas de investigação não jurídicas, pelo que a coorientação é um mecanismo de o orientando salvaguardar fragilidades noutras áreas. Foi clarificado pela Professora Maria José Rangel de Mesquita que os requerimentos observam os requisitos do Regulamento, o qual prevê a coorientação até um máximo de três Professores.

A Professora Maria do Rosário Palma Ramalho, no debate quanto ao título da tese, mostrou-se favorável à plena liberdade científica, afirmando que considera que o conceito de lei da selva não apresenta hoje qualquer conotação. Já quanto à coorientação, afirma que a Faculdade deve definir o que é admissível. Admite que um coorientador possa fazer sentido quando a tese toque em várias áreas científicas, mas tem dúvidas sobre as vantagens de haver mais coorientadores. Por outro lado, considerando a necessidade de articulação entre orientadores, apenas em casos muito excecionais devem ser admitidos orientadores de fora da Faculdade.

7.5. Foi adiada a apreciação do requerimento de Miguel de Lemos de alteração do título da tese de Doutoramento. Foi, ainda, adiada a apreciação do requerimento de Miguel de Lemos de coorientação da tese de Doutoramento. Os Professores David Duarte e João Espírito Santo votaram contra o adiamento das deliberações e opuseram-se à não apreciação, em bloco, dos requerimentos apresentados por Miguel de Lemos, por considerarem que o Conselho Científico já se encontrava munido de toda a informação necessária para a votação.

7.6. O requerimento apresentado por Miguel de Lemos de alteração de orientador da tese de Doutoramento foi aprovado, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 31.

7.7. O requerimento apresentado por Miguel de Lemos de elaboração da tese em língua inglesa foi aprovado, por unanimidade, nos termos constantes do Anexo 32.

7.8. A Professora Sílvia Alves não participou na discussão, nem em qualquer das votações referentes aos requerimentos apresentados por Miguel de Lemos.

8. Ponto 8 da Ordem de Trabalhos (Pós-Doutoramentos)

O requerimento apresentado por Ana Luísa Nery de adiamento, por um período de 6 meses, da entrega da tese de Pós-Doutoramento foi aprovado por unanimidade.

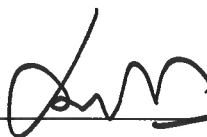
9. Ponto 11 da Ordem de Trabalhos (Outros Assuntos)

A Diretora informou sobre o lançamento do novo site da FDUL, que será mais moderno e funcional.

10. Encerramento

O Presidente do Conselho Científico deu por encerrada a sessão pelas 18:15.

O Presidente do Conselho Científico



(Professor Pedro Barbas Homem)

A Secretária do Conselho Científico



(Professora Madalena Perestrelo de Oliveira)

GRUPO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS

DISTRIBUIÇÃO SERVIÇO DOCENTE

2023/2024
(VERSÃO DE 21.03.2023)

2.º Ciclo

I. Mestrado em Direito e Prática Jurídica

1. Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Quadro n.º 37 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Probatório	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Contratação Pública	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Total			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I

Docente 1	
-----------	--

- Direito Processual Penal II – S. 1	
Turma A/D	
Turma B/D	
Turma C/N	

- Registos e Notariado – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde
Turma B/N	Prof.ª Doutora Sofia Henriques

- Direito Processual Civil Internacional I – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor João Marques Martins
Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre

OPTATIVAS

- Direito Penal IV – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Alaor Leite
Turma B/N	

- Direito Probatório – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Temas Actuais Direito Probatório)
Turma B/N	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Temas Actuais Direito Probatório)

- Direito da Insolvência – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia

- Direito Processual do Trabalho I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

Quadro n.º 38 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Justiça Constitucional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contencioso Administrativo e Tributário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Civil Internacional II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Contencioso da União Europeia	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Contraordenações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Processual do Trabalho II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Total			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	
Docente 1	

- Direito Processual Civil V – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Pinto



Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
-----------	---------------------------------

OPTATIVAS

- Direito dos Menores/das Crianças – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Turma B/D	Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira
Turma C/N	Prof. Doutor Daniel Morais
Turma D/N	Prof.ª Doutora Catarina Matos Salgado

- Direito Processual Civil Internacional II – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre

- Direito das Contraordenações – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B/N	

- Direito Processual do Trabalho II – S. 2	
Turma A	Cláudia Madaleno

2. Especialidade de Direito da Empresa

Quadro n.º 40 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		

4

Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Comercial IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Registos e Notariado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito das Sociedades Comerciais I – S. 1	
Turma A/D	Prof. ^a Doutora Madalena Perestrelo de Oliveira (Governo das sociedades)
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira

- Direito Comercial IV – S. 1	
Turma A/D	Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires (Negócios sobre empresas e sobre participações sociais)
Turma B/N	Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Direito Industrial)

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito dos Valores Mobiliários II – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

- Direito da Arbitragem e da Mediação I – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Turma B/N	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca

- Direito Bancário II – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Francisco Mendes Correia
Turma B/N	

- Direito dos Seguros II – S. 1	
Turma A/D	
Turma B/N	

- Direito da Insolvência (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Registos e Notariado (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

Quadro n.º 41 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito do Trabalho III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Arbitragem e da Mediação II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Tributação das Empresas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita

OBRIGATÓRIAS

h
p

- Direito das Sociedades Comerciais II – S. 2	
Turma A/D	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Adelaide Menezes Leitão

- Direito do Trabalho III – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Conflitos colectivos: greve e lock-out)
Turma B/N	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (Direito Internacional do Trabalho)

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (vide Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Contratos internacionais – S. 2	
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira

- Direito da Arbitragem e da Mediação II – S. 2	
Turma A/D	Prof. ^a Doutora Elsa Dias Oliveira
Turma B/N	Prof. Doutor Tiago Soares da Fonseca

- Direito Financeiro – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro (Intermediação financeira)
Turma B/N	Prof. Doutor José Ferreira Gomes (Contratos de Crédito)

- Direito dos Transportes – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Daniel Silva Morais



Turma B/N	Prof. Doutor Daniel Silva Morais
-----------	----------------------------------

3. Especialidade de Direito Penal

Quadro n.º 43 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal IV	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Medida da Pena e Direito da Execução das Penas	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Criminalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Justiça Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Insolvência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Valores Mobiliários II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Introdução ao Direito da Concorrência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Total			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Medida da Pena e Direito da Execução das Penas – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Turma B/N	

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Direito Penal IV (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Direito Processual Penal II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Estudos de Criminalidade – S. 1	
Turma A	

- Justiça Internacional – S. 1	
Turma A	

- Introdução ao Direito da Concorrência – S. 1	
Turma A	

- Direito das Sociedades Comerciais I (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)
- Direito da Insolvência (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)
- Direito dos Valores Mobiliários II (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Penal V	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Processual Penal III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito das Contraordenações ou Direito Penal Económico ou Direito Penal Médico ou Direito Penal Internacional	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Estudos de Jurisprudência	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Penal e Processual Penal Comparado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Sociedades Comerciais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito da Concorrência Avançado	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Total			840		30	

OBRIGATÓRIAS

5
8

- Direito Penal V – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes
Turma B/N	Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito

- Direito Processual Penal III – S. 2	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Teresa Quintela de Brito (Processo Penal da Pessoa colectiva)
Turma B/N	Prof.ª Doutora Helena Morão (Recursos Penais)

- Direito das Contraordenações – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B/N	

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Estudos de Jurisprudência – S. 2	
Turma A	

- Direito Penal e Processual Penal Comparado – S. 2	
Turma A	Prof.ª Doutora Helena Morão

- Direito da Concorrência Avançado – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	
Turma B/N	

- Direito das Sociedades Comerciais II (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)
- Direito dos Menores (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

4. Especialidade de Direito Civil

Quadro n.º 46 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito dos Contratos III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito da Responsabilidade Civil	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito da Família e das Sucessões	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Bancário II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito dos Contratos III – S. 1	
Turma A/D	Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei
Turma B/N	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves

- Direito da Responsabilidade Civil – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde
Turma B/N	Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde

- Direito da Família e das Sucessões – S. 1	
Turma A/D	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro
Turma B/N	Prof. Doutor Margarida Silva Pereira

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito dos Seguros II (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

- Direito Bancário II (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

Quadro n.º 47 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direitos Reais II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Menores	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito de Personalidade	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito das Expropriações	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Transportes	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito Financeiro	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direitos Reais II – S. 2	
Turma A/D	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Direito dos Animais, Direitos Reais Administrativos)
Turma B/N	Prof. Doutor Nuno Andrade Pissarra (Defesa dos direitos reais)

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

- Direito dos Menores (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito de Personalidade – S. 2

Turma A/D	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro / Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves
Turma B/N	Prof. ^a Doutora Isabel Vieira Borges

- Direito dos Transportes (vide Especialidade de Direito da Empresa)

5. Especialidade de Direito dos Transportes

Quadro n.º 52 – 1.º Ano / 1.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres I	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Portuário e Aeroportuário	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Seguros II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Total			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo II – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Institutos de Direito Marítimo)
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Institutos de Direito Marítimo)

- Direito Aéreo I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (Direito Aéreo Institucional)

- Direito dos Transportes Terrestres I – S. 1	
Turma A	Prof. Doutor Daniel Morais

--	--

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica I (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito Portuário e Aeroportuário – S. 1	
Turma A	

- Direito dos Seguros (*vide* Especialidade de Direito da Empresa)

Quadro n.º 53 – 1.º Ano / 2.º Semestre

Unidades curriculares	Área científica	Tipo	Tempo de trabalho (horas)		ECTS	Observações
			Total	Contacto		
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	DIR	Semestral	56	15 TP	2	Obrigatória
Direito Marítimo III	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito Aéreo II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Direito dos Transportes Terrestres II	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Obrigatória
Contratos Internacionais	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
Direito dos Negócios	DIR	Semestral	196	40 TP	7	Opção restrita
<i>Total</i>			840		30	

OBRIGATÓRIAS

- Direito Marítimo III – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Transporte Marítimo)
Turma B/N	Prof. Doutor Francisco R. Rocha (Transporte Marítimo)

- Direito Aéreo II – S. 2	
Turma A	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves (Direito Aéreo Material)

- Direito dos Transportes Terrestres II – S. 2	
Turma A	Prof. Doutor Daniel Morais

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica II (*vide* Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses)

OPTATIVAS

- Direito Comparado II – S. 1 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Direito Constitucional do Trabalho Comparado)
Turma B/N	Prof. Doutor Luís Gonçalves da Silva (Direito Constitucional do Trabalho Comparado)

- Direito Processual Civil Internacional II – S. 2 (Só 1T de D ou de N)	
Turma A/D ou	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre
Turma B/N	Prof.ª Doutora Isabel Alexandre

78

II. Mestrado em Direito & Gestão

1.º Ano / 1.º semestre	
- Direito Societário e Responsabilidade / Corporate Law and Liability	
40 h T/P	Prof. Doutor Hugo Ramos Alves
- Direito do Trabalho / Labour Law	
40 h T/P	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez / Prof. Doutor Guilherme Dray / Prof.ª Doutora Cláudia Madaleno
- Direito Sancionatório Público e Compliance / Public Sanctioning Law and Compliance	
40 h T/P	Prof. Doutor Paulo de Sousa Mendes

III. Mestrado em Direito e Ciência Jurídica

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica	
Docente 1	Prof. Doutor Daniel Morais (S. 1)
- Direito Civil I	
Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (S.1) e Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira (S.2) (Problemas jurídicos suscitados pela utilização da <i>internet</i> no âmbito do Direito Civil)
Turma B	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão / Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde (Direito da Responsabilidade Civil)
Turma C	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof.ª Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)
Turma D	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva (Responsabilidade civil: tutela colectiva e estrutural)

h
8

- Direito Civil II	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira (Negócio jurídico e formação do contrato)

- Direito Civil III	
Turma A	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro / Prof. Doutor Daniel Silva Morais (Efeitos patrimoniais dos vínculos familiares no Direito Civil)

- Direito Comercial I	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Direito dos Seguros)

- Direito das Sociedades Comerciais I	
Turma A	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira

- Direito Comercial Internacional	
Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (Contratos comerciais internacionais)
Turma B	Prof. ^a Doutora Catarina Monteiro Pires (Contratos internacionais e arbitragem internacional)

- Direito Marítimo	
Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Créditos marítimos)

- Direito Bancário	
Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Contratos Bancários)

- Direito dos Seguros	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Contrato de seguro)

- Direito dos Valores Mobiliários	
Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

58

- Direito Processual Civil I	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos (Ativismo Processual)
Turma B	Prof. Doutor Rui Pinto (Limites objetivos do caso julgado)
Turma C	Prof. Doutor Isabel Alexandre (Processo civil e Constituição)
Turma D	Prof.ª Doutora Paula Meira Lourenço (Execução Equitativa)

- Direito da Insolvência	
Turma A	

- Direito Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
Turma B	
Turma C	

- Direito Penal II	
Turma A	

- Direito Processual Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B	
Turma C	

- Criminologia	
Turma A	

- Direito do Trabalho	
------------------------------	--

6
7

Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez
Turma B	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho

- Direito Processual do Trabalho	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

- Direito de Autor e da Sociedade da Informação	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira

- Direito da Propriedade Industrial	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Problemas atuais da Propriedade Industrial)

- Direito Privado do Ambiente	
Turma A	

- Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente	
Turma A	

- Direito Comparado	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. ^a Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)

- Filosofia do Direito	
Turma A	Prof. ^a Doutora Paula Costa e Silva

- Teoria da Justiça e o Problema da Verdade	
Turma A	

3.º Ciclo

Curso de Doutoramento

- Introdução à Metodologia da Investigação Científica (Turma conjunta com o MDCJ)	
Docente 1	Prof. Doutor Daniel Morais

- Direito Civil I (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (S.1) e Prof.ª Doutora Elsa Dias Oliveira (S.2) (Problemas jurídicos suscitados pela utilização da <i>internet</i> no âmbito do Direito Civil)
Turma B	Prof. Doutor Luís Menezes Leitão / Prof. Doutor Rui Mascarenhas Ataíde (Direito da Responsabilidade Civil)
Turma C	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof.ª Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)
Turma D	Prof. Doutora Paula Costa e Silva (Responsabilidade civil: tutela colectiva e estrutural)

- Introdução ao Direito Privado	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos

- Responsabilidade Civil Extracontratual	
Turma A	Prof. Doutor João Marques Martins Prof. Doutora Cláudia Madaleno

- Direito Comercial (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Direito dos Seguros)

- Direito Comercial Internacional (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Luís de Lima Pinheiro / Prof. Doutor João Gomes de Almeida (Contratos comerciais internacionais)

h
8

Turma B	Prof. Doutor Catarina Monteiro Pires (Contratos internacionais e arbitragem internacional)
---------	--

- Direito Marítimo (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Créditos marítimos)

- Direito das Sociedades Comerciais I (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. ^a Doutora Ana Perestrelo de Oliveira

- Direito Bancário (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor M. Januário da Costa Gomes (Contratos Bancários)

- Direito dos Seguros	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez (Contrato de Seguro)

- Direito dos Valores Mobiliários	
Turma A	Prof. Doutor António Barreto Menezes Cordeiro

- Direito Processual Civil I (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor José Luís Bonifácio Ramos
Turma B	Prof. Doutor Rui Pinto (Limites objetivos do caso julgado)
Turma C	Prof. ^a Doutora Isabel Alexandre (Processo civil e Constituição)

- Direito da Insolvência	
Turma A	

- Direito do Trabalho (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Romano Martinez

Turma B	Prof. ^a Doutora Maria do Rosário Palma Ramalho
---------	---

- Direito Processual do Trabalho (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito

- Direito Penal I	
Turma A	Prof. Doutor Paulo Sousa Mendes
Turma B	
Turma C	

- Direito Penal II	
Turma A	

- Direito Processual Penal I (Turmas conjuntas com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Rui Soares Pereira
Turma B	
Turma C	

- Criminologia (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	

- Direito Penal e Contraordenacional do Ambiente	
Turma A	

- Direito Comparado (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutora Catarina Matos Salgado (Direito Comparado das Obrigações)

- Direito da Propriedade Industrial (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor Dário Moura Vicente / Prof. Doutor João de Oliveira Geraldes (Problemas atuais da Propriedade Industrial)

- Direito de Autor e da Sociedade de Informação (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof. Doutor José Alberto Vieira

- Filosofia do Direito (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	Prof.ª Doutora Paula Costa e Silva

- Teoria da Justiça e o Problema da Verdade (Turma conjunta com o MDCJ)	
Turma A	

h
s



**DISTRIBUIÇÃO DE SERVIÇO DOCENTE – HISTÓRICO-JURÍDICAS
2023/2024**

DOCUMENTO PROVISÓRIO

21 DE MARÇO 2023

1.º CICLO

LICENCIATURA

1.º ano

Unidades curriculares obrigatórias

132-Direito Romano – Dia A – 7 subturmas	
Regente	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	

132-Direito Romano – Dia B – 7 subturmas	
Regente	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas
Colaboradores	

132-Direito Romano – Dia C – 8 subturmas	
Regente	Prof. ^a Doutora Susana Antas Videira
Colaboradores	

132-Direito Romano – Noite – 6 subturmas	
Regente	Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Melo
Colaboradores	

202-História do Direito Português – Dia A – 7 subturmas S. 2	
Regente	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem
Colaboradores	

202-História do Direito Português – Dia B – 7 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Sílvia Alves



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Colaboradores	
---------------	--

202-História do Direito Português – Dia C – 8 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas
Colaboradores	

202-História do Direito Português – Noite – 6 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Isabel Graes
Colaboradores	

Unidades curriculares opcionais

252-Sociologia do Direito – Dia A – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Míriam Afonso Brigas
Colaboradores	

252-Sociologia do Direito – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Ulisses Gagliano
Colaboradores	

252-Sociologia do Direito – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Jorge Silva Santos
Colaboradores	

252-Sociologia do Direito – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Francisco Rodrigues Rocha
Colaboradores	

253-História das Ideias Políticas – Dia A – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem
Colaboradores	

253-História das Ideias Políticas – Dia B – 3 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Susana Videira
Colaboradores	

253-História das Ideias Políticas – Dia C – 4 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Filipe de Arede Nunes
Colaboradores	

253-História das Ideias Políticas – Noite – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Ana Fouto
Colaboradores	

Filosofia do Direito – Dia C – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto
Colaboradores	

2.º ano

Unidades curriculares opcionais

História do Pensamento Jurídico

121-História do Pensamento Jurídico – Dia A – 1 subturma – S.1.	
Regente	Prof. ^a Doutora Sílvia Alves
Colaboradores	

121-História do Pensamento Jurídico – Dia B – 1 subturma – S.2.	
Regente	Prof. Doutor Ulisses Gagliano
Colaboradores	

121-História do Pensamento Jurídico – Noite – 1 subturma – S.1.	
Regente	Prof. ^a Doutora Isabel Graes
Colaboradores	

130-História das Relações Internacionais – Dia A – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Prof. Doutor Pedro Caridade Freitas
Colaboradores	

130-História das Relações Internacionais – Dia B – 2 subturmas – S.2.	
Regente	Prof. ^a Doutora Margarida Seixas
Colaboradores	

130-História das Relações Internacionais – Noite – 2 subturmas – S.1.	
Regente	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto/Prof. ^a Doutora Ana Fouto
Colaboradores	

5
8



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

2º Ciclo

MESTRADO DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA

História das Relações Internacionais	Prof.ª Doutora Ana Fouto	Semestral, uma turma
Introdução à Metodologia da Investigação Científica I	Prof. Doutor Miguel Romão	Semestral, Dia (1.º)
Introdução à Metodologia da Investigação Científica II	Prof. Doutor Miguel Romão	Semestral, Dia (2.º)

2º Ciclo

MESTRADO DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA

Especialidade de História do Direito

Direito Romano I/II	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto/Prof. Doutor Francisco Rocha	
História do Direito I/II	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem Prof.ª Doutora Susana Videira	

Especialidade de Teoria do Direito

Filosofia do Direito I/II	Prof.ª Doutora Sílvia Alves	
Teoria do Direito I/II	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem Prof.ª Doutora Miriam Afonso Brigas	

3º Ciclo

DOUTORAMENTO

Especialidade de História do Direito

Direito Romano I/II	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto	
História do Direito I/II	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem Prof.ª Doutora Susana Videira	

Especialidade de Teoria do Direito

Teoria do Direito I/II	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem Prof. ^a Doutora Miriam Brigas	
Filosofia do Direito I/II	Prof. ^a Doutora Sílvia Alves	

Especialidade de Direito Romano

História Direito Romano I/II	Prof. Doutor Eduardo Vera-Cruz Pinto/Prof. Doutor Jorge Silva Santos	
Direito Público Romano I/II	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas	
Direito Privado Romano I/II	Prof. Doutor Christian Baldus	

Metodologia de Investigação Científica Avançada	Prof. ^a Doutora Isabel Graes	
Metodologia de Investigação Científica Avançada	Prof. ^a Doutora Margarida Seixas	

DISCIPLINAS NO MESTRADO E NO DOUTORAMENTO

História do Direito Internacional I/II	Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas
História do Direito Privado I/II	Prof. ^a Míriam Afonso Brigas
História do Estado I/II	Prof. Doutor Ulisses Gagliano
História das Ideias Políticas I/II	Prof. ^a Doutora Susana Videira
História do Direito Penal I/II	Prof. ^a Doutora Sílvia Alves
Sociologia Jurídica I/II	Prof. Doutor Jorge Silva Santos
História da Justiça I/II	Prof. ^a Doutora Isabel Graes
Metodologia Jurídica I/II	Prof. ^a Doutora Sílvia Alves



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Curso de Mestrado Ciências da Documentação e Informação na Faculdade Letras da Universidade de Lisboa	
Direito da Informação – Semestre 2 (4 horas semanais)	
	Prof. Doutor Gonçalo Sampaio e Mello

Curso de Estudos Europeus - Introdução ao Estudo do Direito – S.2	
Coordenação	Prof. Doutor Pedro Barbas Homem / Prof. ^a Doutora Sílvia Alves

h
A

Parecer elaborado para os efeitos da avaliação do desempenho durante o período experimental do contrato de trabalho em funções públicas da Professora Doutora Sónia Santos Viana

I. Nos termos do artigo 25º do Estatuto da Carreira Docente Universitária, aprovado pelo Decreto-Lei nº 448/79, de 13 de Novembro, e do artigo 35º do Regulamento de Concursos e Contratação na Carreira Docente da Universidade de Lisboa, aprovado pelo Despacho nº 14488/2010 (DR, II S, de 16 de Setembro de 2010) e por deliberação do Conselho Científico da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, aprovada na sessão de 22 de Fevereiro de 2023, foram os signatários incumbidos de emitir Parecer sobre o *Curriculum Vitae* e o Relatório de Actividades apresentados pela Doutora Sónia Santos Viana, Professora auxiliar da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, para efeitos de avaliação do seu desempenho durante o período experimental do contrato de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado, com vista à manutenção do dito contrato.

A apreciação do *Curriculum Vitae* e do Relatório de Actividades apresentados pela Profª Doutora Sónia Santos Viana, compreende duas vertentes, explicitadas no Relatório apresentado pela requerente: a vertente da actividade pedagógica e a vertente da actividade científica. A apreciação respeita ao período contratual iniciado a 6 de Junho de 2018, que coincide com o início do período experimental.

II. No plano pedagógico, a actividade da Profª Doutora Sónia Santos Viana durante o período em avaliação repartiu-se entre a prestação de serviço docente, a participação em júris de provas académicas e a orientação de dissertações académicas.

Assim, durante este período, a requerente prestou serviço na licenciatura (onde leccionou aulas práticas nas disciplinas de Teoria Geral do Direito Civil I e II, de Direitos Reais e de Direito dos Contratos, sob diversas regências) e, no ano lectivo em curso tem também a regência da disciplina de Direito da Concorrência Avançado no Curso de Mestrado em Direito e Prática Jurídica.

No que toca a participações em júris de provas académicas, contam-se 5 participações em júris de mestrado com funções de arguente, e 5 participações em júris de provas de mestrado, como vogal, todas na Faculdade de Direito. Por outro lado, durante este período, a docente orientou ou orienta 1 dissertação de Mestrado na Faculdade.

Ainda no plano pedagógico, assinala-se a leccionação regular no Curso de Pós-Graduação em Direito Empresarial, organizado pelo CIDP, em todas as edições deste Curso durante o período contratual em apreciação. Assim, a requerente tem desenvolvido algum trabalho no âmbito deste Centro de Investigação da Faculdade.

Por fim, embora um pouco deslocada neste ponto do Relatório, uma vez que se trata de uma actividade de participação institucional na vida da Faculdade, a

3
✓
requerente indica o facto de ter integrado a Comissão para a elaboração do Manual de Boas Práticas nas Relações entre Docentes e Discentes (2022).

Em suma, no plano pedagógico, a requerente desenvolveu uma actividade regular, destacando-se, no plano do serviço docente, a sua distribuição por várias áreas, com predomínio das matérias gerais do Direito Civil e dos Direitos Reais e um interesse relevante nas matérias laborais.

III. No plano científico, destaca-se a actividade da Prof.^a Doutora Sónia Santos Viana relativa à elaboração e publicação de artigos científicos, e à participação como oradora em cursos, conferências, seminários ou iniciativas equivalentes. De novo limita-se a apreciação ao quinquénio do contrato objecto de avaliação.

Assim, na primeira vertente, destaca-se a elaboração de 6 artigos científicos (dois já publicados e 4 no prelo), que versam sobretudo, matérias laborais – área de especialização académica da requerente. Na segunda vertente, são indicadas 5 participações da requerente como oradora em Cursos de Pós-Graduação na Faculdade e 14 intervenções como oradora em acções de formação e outros cursos fora da Escola.

Em suma, quanto a esta vertente da actividade curricular, a requerente teve uma actividade regular ainda que não muito intensa e sem dimensão internacional.

IV. Em conclusão, ao longo deste período, a Prof.^a Doutora Sónia Santos Viana confirmou as qualidades científicas e pedagógicas que já tinha revelado em fases anteriores da sua carreira e que justificam o nosso juízo no sentido da conclusão com sucesso do período experimental em curso e, por conseguinte, no sentido da manutenção do seu contrato por tempo indeterminado nos termos do ECDU, o que se propõe.

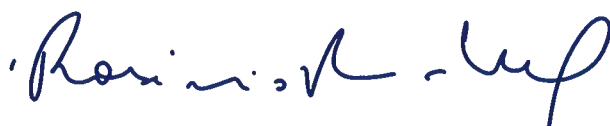
É este o sentido do nosso Parecer.

Lisboa, 21 de Março de 2023

h
d

A handwritten signature in black ink, appearing to read 'Luis Menezes Leitão', with a long horizontal stroke extending to the right.

Luis Menezes Leitão

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Maria do Rosário Palma Ramalho', with a long horizontal stroke extending to the right.

Maria do Rosário Palma Ramalho



Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico da
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
Professor Doutor António Pedro Barbas Homem

Nuno Filipe Abrantes Leal da Cunha Rodrigues, Professor Associado do grupo de ciências jurídico-económicas da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo sido nomeado para exercer as funções de Presidente do Conselho de Administração da Autoridade da Concorrência a partir do dia 13 de março de 2023, vem requerer a V. Exa. se digne considerar sem efeito a atribuição da licença sabática em curso para o período referente ao segundo semestre do ano lectivo de 2022/2023.

E.R.D.



PROPOSTA DE CONTRATAÇÃO DE ASSISTENTE CONVIDADO

Ex.mo Senhor Presidente do Conselho Científico
Professor Doutor Pedro Barbas Homem

Considerando o elevado número de alunos em método B (53) na unidade curricular de Direito Penal II da Turma B do 3.º Ano Dia, 2.º Semestre do Ano Letivo de 2022/2023, que não encontram vaga em subturma para poderem frequentar as aulas em regime de Avaliação Contínua, propõe-se ao Conselho Científico a contratação de um assistente convidado para tornar possível a abertura de 1 a 2 novas subturmas.

Considerando que as aulas práticas se iniciaram a 27 de fevereiro, a contratação de um assistente convidado deve ter efeitos imediatos.

Considerando o disposto no n.º 4 do artigo 12.º do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos do Curso de Licenciatura em Direito (versão aprovada em 2015 e consolidada em 2018), a saber: "Nas 3 primeiras semanas do período letivo, o aluno pode optar pela inscrição em Método A, procurando respeitar-se o limite da composição das subturmas, definido no número 3 do artigo 5.º".

Considerando o disposto no n.º 3 do artigo 5.º do suprarreferido Regulamento, do Regulamento de Avaliação de Conhecimentos do Curso de Licenciatura em Direito (versão aprovada em 2015 e consolidada em 2018), a saber: "Para efeitos de Método A, [as subturmas] são compostas subturmas com um máximo de 30 alunos".

Considerando que todas as subturmas da Turma B da unidade curricular de Direito Penal II já ultrapassam o número recomendado de 30 alunos inscritos.

Considerando que os alunos em método B têm prazo até à próxima quinta-feira para ainda se poderem inscrever em Avaliação Contínua.

Os signatários propõem ao Conselho Científico a contratação imediata do Mestre Bernardo Gonçalo Domingos da Costa Faria como assistente convidado.

Junta-se o Curriculum Vitae do Mestre Bernardo Gonçalo Domingos da Costa Faria.

Lisboa, 21 de março de 2023

(Professor Doutor Miguel Teixeira de Sousa)

(Professor Doutor Paulo de Sousa Mendes)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

h
8

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Ana Caroline Redana do Prado Soares Mota Nº: 62465	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	A conduta da vítima sob a ótica da imputação objetiva	A prova da efetividade dos programas de cumprimento normativo na responsabilidade criminal de pessoas coletivas



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

5
8

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES**

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Ana Sofia Salavessa Passos Nº: 58295	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Da novidade dos factos e provas no recurso extraordinário de revisão	O enquadramento jurídico-penal dos casos de violência obstétrica.

L
8

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO DA EMPRESA

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Beatriz de Brito Camusca Almeida Nº: 49900	Prof.(a) Doutor(a) Luís Artur Almeida da Rocha Gonçalves da Silva	A Regulação dos Acidentes de Trabalho em Regime de Teletrabalho	Os meios de proteção do consumidor no crédito ao consumo - Uma análise crítica



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Tema da Dissertação/Tese

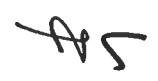
MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Candidato(a)	Prof.(a) Orientador(a)	Tema da Dissertação/Tese	Novo Tema da Dissertação/Tese
Nome: Janilson Fernandes Semedo Nº: 63914	Prof.(a) Doutor(a) Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Contratação pública eletrónica: o nível de exigência das formalidades eletrónicas associado a exclusão de propostas.	A contratação pública eletrónica: uma análise comparativa a Lei dos Contratos Público caboverdiano

Candidatura à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2020-2021, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
56636	Diogo Rafael Vieira Borges Ribeiro Parreira	Contrato de Trabalho Desportivo Eletrónico	Maria Rosário Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral

Versão do documento: 10-03-2023 MN



Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)



Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
65294	Adriana Maria Salgado Adani	O Tratamento dos Dados Pessoais no Contrato de Trabalho	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65687	Alexandre Callou da Cruz Gonçalves	A Legalidade Processual na perspectiva do Estado Democrático de Direito - análise dos modelos constitucionais de processo civil brasileiro e português	José Luís Bonifácio Ramos (Orientador) Eduardo José da Fonseca Costa (Coorientador) - Jutz Federal, graduado em Direito pela USP e Doutor em Direito Processual Civil pela PUC-SP	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65260	Allyne Batista Lamboia	A relativização do discurso de ódio em razão do gênero: a tênue linha entre a liberdade de expressão e a ofensa	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65244	Amanda Fonseca Serrano Davalle	A Renda Básica Universal e os Bancos Comunitários como meios de salvaguardar a economia do futuro	Nazaré Saldanha Povoas da Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65337	Amarildo Souto Guerra	Validade jurídica e o problema da justiça transicional no leste europeu pós-comunista	Sílvia Isabel dos Anjos Caetano Alves	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Filosóficas
58374	Ana Filipa Santos Rocha	Competências da assembleia geral na gestão das sociedades comerciais	Pedro Cabral Corte-Real de Albuquerque	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
57294	Ana Laura de Matos Santos	A vítima menor no Processo Penal: que tutela?	António Luís Barata de Brito Carvalho Neves	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
58045	Ana Mafalda Sola Gomes Rego do Rosário	Contributo para uma "interpretação atualista" do Direito à Proteção da Saúde na perspetiva da Teoria do Direito	Miriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas	Direito e Ciência Jurídica	Teoria do Direito
65711	Ana Paula Godinho Marques da Conceicao	Pluralismo Jurídico e Família. Contributo na Área da Teoria do Direito Para a Compreensão da Relação Jurídico Familiar em Angola	Miriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas	Direito e Ciência Jurídica	Teoria do Direito
65692	Ana Paula Teixeira Mendes	A revogação do consentimento pela gestante de substituição	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65272	André Filipe de Assunção Neves	O Aumento da Precariedade dos Contratos Laborais em Portugal, as principais causas e o que fazer para alterar esta situação	Pedro Manuel Almeida Madeira Brito	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65230	André Garcia Barbosa	A dialética entre a eficiência dos tribunais e da arbitragem na jurisdição fiscal portuguesa à luz dos custos de transação	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
66512	André Spinardi Mello	Implicações do agente de execução: responsabilização, competência para o julgamento e solidariedade do Estado	Paula Cristina Meira Lourenço	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65252	Antonia Alcmira Paula De Araújo	DA GARANTIA CONSTITUCIONAL AO MÍNIMO EXISTENCIAL: O DIREITO SOCIAL AO SALÁRIO MÍNIMO E O PRINCÍPIO DA DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
46560	António José Da Silva Catana	A transição do Absolutismo para o Liberalismo; As reformas no Serviço Militar Português	Isabel Maria Dos Santos Graes	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
59119	António Machado Neves Pereira	Capacidade de Gozo das Sociedades Comerciais para a Celebração de Contratos de Swap de Taxas de Juro	Pedro Cabral Corte-Real de Albuquerque	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65241	Atena Jorge De Almeida	Mecanismos de salvaguarda do crédito tributário: uma análise comparativa entre o direito português e o direito brasileiro	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58633	Beatriz Barros Ribeiro	'Value based contracts' - enquadramento e regime à luz do Direito dos Contratos Públicos	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65685	Beatriz Mendes Tavares	Poderes e Deveres do Administrador Público e os Atos de Improbidade Administrativa com base na legislação Portuguesa e Brasileira	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65246	Bruno Fernandes Morais	A PENA DE TRABALHOS FORÇADOS (1748-1891): Uma história comparada do direito entre a França, Portugal e o Brasil	Miguel Jose Lopes Romão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65276	Cândido Mateus Moreira Boscardin	Direitos Sociais e Ação Política	Luis Miguel Prieto Nogueira Brito	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas

5-25

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
65296	Carla Figueredo Novato	ENTRADA DO BRASIL NA OCDE: DESAFIOS ECONÓMICOS	Pedro Miguel Infante Mota	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65381	Carlos Alberto De Castro Filho	REFÚGIO DE DUPLO NÍVEL: A PROTEÇÃO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS EM RUANDA MEDIANTE FINANCIAMENTO DO REINO UNIDO	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65696	Carlos Magno Faissal Nazareth Cerqueira	Insolvência e Sociedades Desportivas de Futebol	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65321	Carolina Tiemi De Deus Ishigami Martins Pereira	Court-packing no contexto do populismo contemporâneo: reflexões à luz do Estado Democrático de Direito e da Independência do Poder Judicial	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65464	Cláudio Izequias Tchivinda	O Incumprimento da Obrigação Pelo Garante	Maria Lurdes Viegas Marques Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
62441	Daniel Correa de Sena	Repensar o poder das plataformas digitais à luz do constitucionalismo	Pedro Alexandre Vicente de Araújo Lomba	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
61804	Daniel Maia Teixeira	A LIBERDADE RELIGIOSA E O ESTADO DE EXCEÇÃO CONSTITUCIONAL	Rui Manuel Tavares Lanceiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65385	Diogo de Lacerda Gonçalves Chaves	A atrofia do favor laboratoris no direito laboral contemporâneo: as experiências de Brasil e Portugal	Luís Artur Almeida da Rocha Gonçalves da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65255	Eduarda Christ Reis	Contributos recíprocos nos Sistemas Regionais de Proteção dos Direitos Humanos	Rui Rodrigo Firmino Guerra da Fonseca	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65700	Elvis Tavares Santos	A SUBSISTÊNCIA NO MERCADO DE MARCA LONGEVA SEM DISTINTIVIDADE RECONHECIDA	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
66518	Erica Acosta	A manutenção dos direitos sociais dos progenitores nacionais de países terceiros após o divórcio com cidadãos europeus no Direito da União Europeia	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65715	Eufrásia Kelly Vasconcelos Cronenberg de Carvalho	O Direito à Educação Carcerária para as reclusas do sexo feminino	Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65677	Fabricio Holanda de Oliveira	O desafio e as oportunidades do teletrabalho e a desconexão	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65254	Fernanda Borges Pereira Moura Ryan	O sistema financeiro e a promoção do desenvolvimento sustentável	Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Financeiro e Económico Global
66511	Fernanda Knijnik	A Dignidade Humana como Limite Inalienável das Ações do Judiciário	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65314	Fernando Cattelan Cordeiro	A abordagem contemporânea do exercício das responsabilidades parentais	Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58470	Filipa Martinho Vieira da Costa e Silva	Battered Woman Syndrome: uma análise à luz da culpa jurídico-penal	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
56837	Filipe Afonso Henriques Rocha	O princípio da estabilidade da oferta pública: conteúdo da oferta e vinculação do oferente e da sociedade visada	Ana Paula Mota Costa Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65370	Filipe Urias Soares Novaes	A polipatridia no Direito Internacional Público: os efeitos jurídicos internacionais da pluralidade de nacionalidades	Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65366	Flávia Carvalho de Oliveira Dias	A Função Extrafiscal do Tributo como Instrumento de Sustentabilidade Ambiental	Nazaré Saldanha Povoas da Costa Cabral	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58401	Flávio Miguel Teixeira da Fonseca Caçote	Os fundamentos jurídicos do princípio da proibição da insuficiência	Carlos Manuel Almeida Blanco Moraes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
65362	Gabriel Fernando Pezolto Perin	O COMBATE À TORTURA NO DIREITO INTERNACIONAL DA PESSOA HUMANA	Lourenço Bandeira Manoel Vilhena de Freitas	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65680	Gabriel Silqueira Passarini de Resende*	O Paradoxo da Propriedade Intelectual: Como Leis concebidas para Promover a Inovação e o Progresso são manejadas como um mecanismo de Controle, Restrição e Exploração do Conhecimento	Eduardo Augusto Alves Vera-Cruz Pinto	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
65718	Gabriel Silva Almeida	O juízo das garantias: uma análise sobre seu projeto teórico e instalação gradual no Brasil à luz do direito comparado	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65698	Gilson Nunes Pita Filho	A IMPLEMENTAÇÃO DO DIREITO INTERNACIONAL DO AMBIENTE PELOS TRIBUNAIS NACIONAIS	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
65392	Giovana Viegas Barbosa	Obrigação de Não Concorrência Pós Contratual Decorrente do Trespasse de Estabelecimento Comercial	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65253	Gláucia Amélia Souza Lima Gil Rodrigues	ANÁLISE LUSO-BRASILEIRA DOS DEVERES E RESPONSABILIDADES NO PROGRAMA DE INTEGRIDADE (COMPLIANCE) E CORPORATE GOVERNANCE AOS ADMINISTRADORES DAS COMPANHIAS	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65325	Graziela Paro Caponi	Controle da Prova Pericial no Processo Penal	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65679	Guilherme Lerer	História Diplomática do Império Brasileiro: a inserção do Brasil na comunidade internacional durante o século XIX	Ana Isabel Barceló Caldeira Fouto	Direito e Ciência Jurídica	História do Direito
65694	Guilherme Manuel Miranda Correia Gonçalves	Os Paraísos Fiscais no contexto Internacional: Da Elisão à Fraude Fiscal	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65388	Gustavo Souza Silveira Martins	Direito a uma alimentação adequada: análise do seu fundamento jurídico-internacional e do papel do STF para sua concretização no contexto brasileiro	Ana Isabel Cruz Soares Pinto	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65386	Herbert Diego Dias Rodrigues	Contraceção, diagnóstico pré-natal e responsabilidade civil do médico. Em torno das ações por concepção indevida e por nascimento de criança deficiente (wrongful conception, wrongful birth, wrongful life)	Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65298	Iano Jorge Injucam	O direito à informação e à participação, enquanto pressupostos para a democratização ambiental: da normatividade à efetividade no ordenamento jurídico guineense	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
65299	Isabela de Carvalho	Confisco de bens de terceiros	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65287	Izabela Siqueira Parizio de Melo	Análise do populismo nas duas vertentes em oposição: a política da direita em comparação com a da esquerda	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
65701	Jamila Maylin Campanaro	O visto para procura de trabalho: a tentativa de incentivar a imigração laboral legal e conter a imigração ilegal	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65363	Jamile Barbosa Guimarães de Vasconcelos	Cooperativismo e Economia Social. Impacto económico, histórico e perspectivas de evolução na Europa e no Brasil	Maria Paula Reis Vaz Freire	Direito e Ciência Jurídica	Direito e Economia
65684	Jane Terezinha de Carvalho Gomes	"O princípio da tutela jurisdicional efetiva no âmbito do Direito Administrativo" - Estudo à luz das Políticas Públicas instituídas para a plena concretização do direito fundamental previsto no artigo 268º da CRP -	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
66525	Jeberson Leandro Ferreira	GARANTISMO NO PROCESSO CIVIL	José Luís Bonifácio Ramos	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65334	Jennifer Vidal Ferreira	Targeted advertising e a proteção de dados pessoais	Maria José Reis Rangel Mesquita	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65237	Jessica Lobo de Azevedo	Do neoliberalismo e a instrumentalização do direito na perspetiva do tratamento das populações indígenas no Brasil	Luis Miguel Prieto Nogueira Brito	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
66521	João Marco Lazera Duarte Santos	Discriminação Algorítmica e a proteção juslaboral no front da opacidade	Luís Artur Almeida da Rocha Gonçalves da Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
43394	João Miguel Martins Sarmiento Barreiros	Abuso do Direito e Litigância de Má-fé	Maria Raquel Aleixo Antunes Rei	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65459	João Miguel Neto	A UNIDADE DO SISTEMA JURÍDICO E OS PRECEDENTES JUDICIAIS OBRIGATORIOS NO BRASIL - ANÁLISE COMPARATIVA ENTRE O ACÓRDÃO DOS ASSENTOS DO TRIBUNAL CONSTITUCIONAL PORTUGUÊS E OS LIMITES DA SEPARAÇÃO DOS PODERES JUDICIÁRIO E LEGISLATIVO NA CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988 - UMA QUESTÃO DE CONSTITUCIONALIDADE	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65695	Joaquina Filomena Baptista Ferreira do Nascimento	A Legitimação do Poder Judicial: Reflexão e Fundamento à Luz da Teoria do Direito	Miriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas	Direito e Ciência Jurídica	Teoria do Direito
65282	Jorge Medeiros de Lima	O tratamento conferido pelo Direito Internacional aos imigrantes indocumentados e seus reflexos no Direito de Migração	Eduardo José Amaro Correia Silva Baptista	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
58488	José Pedro Nascimento Vaz Serra Cabrita	O controlo jurisdicional de medidas da PESC pelo TJUE	Maria Luisa Conceição Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direito da União Europeia
65717	Juliana Câmara Santana	Dignidade da pessoa humana como limite constitucional a hierarquia e a disciplina aplicadas no curso de formação policial	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65283	Kamila Fochezatto Panisson	Levantamento da personalidade jurídica nas sociedades comerciais: uma análise sobre a aplicação na realidade jurídica portuguesa e brasileira	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65341	Laura de Oliveira Zanardi	CRIMES SEXUAIS OCORRIDOS DURANTE BUSCAS PESSOAIS EM PRISIONEIRO DE GUERRA - AS NORMAS APLICÁVEIS A UM PROCEDIMENTO DE ROTINA QUE PODE SE TORNAR UM CRIME DE GUERRA	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
64111	Layla Kataline de Oliveira	Políticas Públicas e Processo Estrutural	Nuno Ricardo Pereira Branco	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65286	Leandro Gonçalo Banganho Silva	Da problemática do ónus da prova, a propósito do concurso da responsabilidade pelo risco e culpa do lesado no domínio dos acidentes de automóvel	José Luís Bonifácio Ramos	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65232	Leonardo De Abreu Maynard	Subordinação e gestão algorítmica do trabalho e dos trabalhadores: Uma análise a partir das plataformas de trabalho on demand no modelo Uber	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65324	Leonardo Fleischfresser	A PROVA NAS INVESTIGAÇÕES INTERNAS CORPORATIVAS	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65376	Letícia Santiago Dos Santos	As ações afirmativas como mecanismo de promoção de direitos políticos	Maria José Reis Rangel Mesquita	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65295	Liliana Madalena João Machado	A Sustentabilidade na Contratação Pública	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65382	Lu Heng Lin	Uma visão comparada da protecção do ambiente nas Constituições da China e de Portugal	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Ambientais
64114	Lucas Calácio Nogueira	CLÁUSULA GERAL ANTI-ABUSO: EVOLUÇÃO E APLICAÇÃO DO MODELO DE CLÁUSULA GERAL NO ATUAL CENÁRIO FISCAL INTERNACIONAL	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65358	Luís Carlos de Sousa Freitas	A abertura do tipo societário desportivo para as sociedades em comandita por ações	Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
43433	Luís Paulo Pinto Queiroz Mesquita	Delimitação do âmbito de eficácia da confissão	João Paulo de Oliveira Galdes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65349	Lyane Bezerra de Menezes Lucena	Análise da Responsabilidade civil na RGPD e sua aplicação no direito comparado brasileiro	João Pedro Alves Gomes de Almeida	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65231	Manuela Montezuma Pessoa de Melo	Aplicação da Cláusula Geral Antiabuso: Análise da jurisprudência do CAAD acerca da alienação de participações sociais em sede de IRS	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
57252	Marco António Conde da Saúde Marques	Garantia do princípio da capacidade contributiva e o endividamento para cumprimento das obrigações tributárias: Caso IMT	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

25

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
58006	Marco Paulo Ramos Maurício	A reforma do IMI Rústico como dinamizador do sector primário	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65259	Marcos Cesar Pimentel Junior	A responsabilidade civil dos prestadores intermediários de serviços da sociedade da informação na ordem jurídica portuguesa: uma análise à luz da proteção de dados pessoais	Luis Pedro Rocha Lima Pinheiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58459	Margarida Vidal Sampaio	Os deveres da Administração Pública na garantia e prossecução do equilíbrio climático	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65348	Maria Brasileiro de Mello	Os mecanismos de compliance e o Direito Penal: considerações sobre a responsabilidade penal das pessoas coletivas	Rui Filipe Soares Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65306	Maria Carolina Oriá Veloso	O regime jurídico do IVA sobre as plataformas digitais: desafios, inovações legislativas e o rumo à uniformização na União Europeia	Carlos Manuel Batista Lobo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65455	Mariana da Silva Macêdo	A responsabilidade civil extracontratual do Estado em razão do mal funcionamento do serviço público no Brasil: Uma análise comparada com a responsabilidade extracontratual do Estado pelo funcionamento anormal do serviço existente em Portugal	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
58382	Mariana Filipa Brites Cabana	A Arbitragem no Contencioso Pré-Contratual	João Tiago Valente Almeida da Silveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65329	Mariana Hazt Lencina	A proteção da marca e o interesse público: Análise dos limites para a monopolização de sinais e o papel do secondary meaning	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
65697	Mariana Lemos Zaidan Chaves	Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Legitimidade das Ações Afirmativas no Ordenamento Jurídico Brasileiro e Português.	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
58645	Mariana Pedrosa Costa Marques da Fonseca	Vítimas e agressores - causas de justificação e causas de exclusão da culpa	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65457	Mariana Semenzato Antunes	Corrupção e arbitragem - Quais impactos de eventuais indícios de corrupção na formação e/ou na execução do contrato nas atribuições do árbitro?	Ana Paula Mota Costa Silva	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65261	Marina Florentino Rocha	A Era Digital e o Impacto na Igualdade de Género no Trabalho	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65343	Marina Miranda Alexandre	A tutela dos direitos de personalidade na definição de perfis	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65317	Marina Mundim Caixeta	Global Tax Agreement: os novos desafios do Direito Fiscal Internacional	Pedro Miguel Infante Mota	Direito e Ciência Jurídica	Direito Financeiro e Económico Global
65682	Mateus Coelho Maia Lago	Intervenção russa na Ucrânia em 2022: uma análise crítica dos fundamentos jurídicos apresentados pela Federação Russa para sustentar a legalidade de sua ação	Maria José Reis Rangel Mesquita	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65448	Matheus Bortoluz Rech	Smart Contracts, formação e aplicabilidade	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65236	Mércia Maria Alves Schieber	Da situação pandémica e seus efeitos contratuais: as implicações em decorrência da COVID-19, um estudo comparativo entre Brasil e Portugal	João Paulo de Oliveira Galdes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
58384	Miguel Pedro da Cruz	A Condição Resolutiva no Direito Administrativo	Paulo Manuel Cunha Costa Otero	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65723	Mirella Fiorença da Silva Manenti	Os parâmetros de justificação constitucional e legal da transferência de dados pessoais para países terceiros: uma análise comparada a partir do Brasil e da União Europeia	Domingos Miguel Soares Farinho	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65393	Mirella Victoria Luna Felix	Tráfico Internacional de Seres Humanos para Fins de Exploração Sexual	Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65245	Mónica Macedo Telo Borges	RESPONSABILIDADE CIVIL PROFISSIONAL DO ADVOGADO: OS DEVERES DE PATROCÍNIO E OS DIREITOS DOS PATROCINADOS	Rui Paulo Coutinho de Mascarenhas Ataíde	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
65270	Natanael Serafim Camurça	Reflexão sobre a teoria dos direitos fundamentais de Robert Alexy: a interpretação na hermenêutica jurídica deste autor	Miriam Cláudia de Sousa Silva Afonso Brigas	Direito e Ciência Jurídica	Teoria do Direito
65243	Nkuto Pedro Domingos	O Problema da Motivação Cultural no Direito Penal: Sobre a valoração do factor cultural na culpa	Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
66535	Nuno Miguel Contreiras Neves	A Busca e Salvamento Marítimo no Mar Mediterrâneo e Oceano Atlântico - O Desafio colocado aos Estados Costeiros pela Imigração Irregular	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Direito Marítimo e Direito do Mar
65384	Patrícia Ferreira de Almeida	A tutela efetiva do direito fundamental ao meio ambiente	Heloísa Duarte Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65688	Paula de Jesus António Monteiro	Mora do credor e a distribuição do risco contratual	João Paulo de Oliveira Geraldês	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65360	Paulo Duarte Barreto Ferreira	A DETERMINAÇÃO DA PENA: APRECIACÃO CRÍTICA DAS SENTENCING GUIDELINES DOS USA, ENGLAND AND WALES E O MODELO PORTUGUÊS	Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Penal e Ciências Criminais
65238	Pedro Prazeres de Assis Junior	A tributação internacional da renda dos nômades digitais	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65693	Priscila Roland Baptista De Oliveira	Neoliberalismo e a Ascensão da Extrema Direita	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
65248	Rafaela Lourenço Da Silva	Estado moderno e indivíduo na modernidade líquida: Desafios para a tutela dos direitos fundamentais	Pedro Abel Carvalho de Amaral Fernández Sánchez	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
65703	Ramon de Oliveira Silva	TEMPOS MODERNOS E DIREITO FISCAL: O SURGIMENTO DAS CRIPTOMOEDAS E O DESAFIO DE SUA TRIBUTAÇÃO POR PARTE DOS ESTADOS	Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
65704	Raquel Rizzardo	O direito à desconexão como direito fundamental no teletrabalho	Ana Rita Amaral Campos Gil	Direito e Ciência Jurídica	Direitos Fundamentais
65274	Renata Pacheco Guimarães Peres	Populismo Religioso: o uso da religião e idolatria como capital político para ascensão de governantes populistas	João Miguel Range Prata Roque	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
65724	Rodolfo Ferreira Cavalcanti de Albuquerque	Decentralised Autonomous Organisations (DAOs) e os desafios de seu enquadramento como sociedades comerciais	Diogo Neves Pereira Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial
65328	Rodrigo Molina Resende Silva	A atuação do Poder Judicial contra a disseminação de notícias falsas e desinformação nas eleições	Fernando Manuel Pereira Loureiro Bastos	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Políticas
65373	Rubenise Santos Vandelli	TRIBUTAÇÃO DAS MAIS - VALIAS IMOBILIÁRIAS EM SEDE DE IRS AO NÃO RESIDENTE E A DISCRIMINAÇÃO NEGATIVA, RESTRITIVA DE LIBerdade DE CIRCULAÇÃO DE CAPITAIS - ART. 63 TFUE, COMPARADO AO RESIDENTE HABITUAL - HARMONIZAÇÃO DA FISCALIDADE	Ana Paula Valle-Frias Madureira Piedade Dourado	Direito e Ciência Jurídica	Direito Fiscal
58193	Sara Isabel Frutuoso Marques de Lemos	De Vi Maiore nos Contratos de Concessão	Miguel Chaves Ribeiro Assis Raimundo	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65304	Sara Mafalda Santos Lima	Admissibilidade da Prova ilícita em Processo Civil	José Luís Bonifácio Ramos	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65720	Sergio Henrique dos Santos Andrade	A interrupção voluntária da gravidez e os limites do constitucionalismo administrativo	Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brízida Castro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
65725	Shédya Louise Salvaterra Chivinga Joaquim	FORMAS Tutela civil dos direitos de personalidade no âmbito das redes sociais	Elsa Marina Rosa Dias de Oliveira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
65319	Stephani da Silva Lietz	Futuro do trabalho: gestão por algoritmos e gig economy?	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
66536	Stephany Ludmila Lourenço Paulo	A obrigação de entrega da mercadoria na venda internacional e right of stoppage in transitu	Luis Pedro Rocha Lima Pinheiro	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional

23

Candidaturas à 2.ª fase do Mestrado em Direito e Ciência Jurídica
Dissertação
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022, com classificação final média de 14 valores ou superior
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) Aluno(a)	Título da Dissertação	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Mestrado	Especialidade
59259	Steven John Moylan Governo	A tutela extraterritorial da marca notória - Perspetiva comparada euro-americana	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
66530	Sylvio Pereira Junior	O testamento e sua interpretação - perante os ordenamentos jurídicos de Portugal e do Brasil	Sofia Henriques	Direito e Ciência Jurídica	Direito Civil
66529	Thiago Henrique De Oliveira Peixoto	O Meio Ambiente como sujeito titular de direitos, a partir da Constituição Equatoriana e dos movimentos latino-americanos (novo constitucionalismo latino-americano) e seu reflexo na teoria geral do Direito Internacional	Maria José Reis Rangel Mesquita	Direito e Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Internacionais
65389	Tiago de Melo Braga	Acidentes de trabalho no trabalho desenvolvido no domicílio do trabalhador	Maria Rosario Valente Rebelo Pinto Palma Ramalho	Direito e Ciência Jurídica	Direito Laboral
65716	Tiago Miguel Morgado Jorge	A norma de recepção do direito da União Europeia na Constituição da República Portuguesa - Uma perspectiva analítica	David José Peixoto Duarte	Direito e Ciência Jurídica	Direito Constitucional
56126	Valdino Sima Moises Celestino	O Contentor no Direito Marítimo	Manuel Januario Costa Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Marítimo e Direito do Mar
65357	Vanessa Evelyn de Collen Onions-Fernandes	O Direito Intelectual e a Inteligência artificial - como obra/invenção	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
65300	Vanessa Santos Sousa Carvalho	A (IN)EFETIVIDADE DO DIREITO DE REGRESSO NA RESPONSABILIDADE CIVIL ADMINISTRATIVA	Carla Maria Fermento Amado Gomes	Direito e Ciência Jurídica	Direito Administrativo
65288	Victoria Emily da Silva Oliveira Castro	A proteção dos memes como obra original	José Alberto Coelho Vieira	Direito e Ciência Jurídica	Direito Intelectual
65375	Yuqing Ye	A Liberdade Contratual nos Direitos português e chinês	Dario Manuel Lentz Moura Vicente	Direito e Ciência Jurídica	Direito Comercial Internacional

Observações:

* O mestrando Gabriel Silqueira Passarini de Resende (n.º 65680) apresentou a fundamentação do orientador, nos termos do n.º 1 do artigo 49.º do Regulamento do Mestrado e do Doutoramento (Despacho n.º 8673/2021).

Versão do documento: 09-03-2023 MN



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Luiz Alberto Almeida Presotto Nº: 58847	A definição legal do momento de implementação do trânsito em julgado da sentença penal condenatória como via para a efetivação da tutela das liberdades	Prof.(a) Doutor(a) Ana Maria Guerra Martins	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite

W
A

FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO PENAL

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Tavana Ferreira Nº: 62315	Do incumprimento das Responsabilidades Parentais ao crime de subtração de menor.	Prof.(a) Doutor(a) Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Prof.(a) Doutor(a) Inês Ferreira Leite



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

**MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE CIÊNCIAS JURÍDICO-FORENSES**

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Ana Sofia Salavessa Passos Nº: 58295	Da novidade dos factos e provas no recurso extraordinário de revisão	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Quintela de Brito



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Orientador(a)

MESTRADO BOLONHA EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA
ESPECIALIDADE DE DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: João Alberto Ginja Sebastião Caldeira Mendes Nº: 48840	A Concessão de Exploração do Domínio Público	Prof.(a) Doutor(a) Ana Gouveia e Freitas Martins	Prof.(a) Doutor(a) Domingos Miguel Soares Farinho



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

25

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA – DIREITO CIVIL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Mónica Rosa Adlung Toratti Fuzato N.º: 59813 Data de Entrega: 06-09-2022	“Planejamento familiar livre e informado: o alcance da autonomia jus civilista na prática médica luso-brasileira”	Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (P) Margarida Silva Pereira (O) Cláudia Casimiro (V)	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (P) Margarida Silva Pereira (O) Cláudia Casimiro (V) Miriam Afonso Brigas (V)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito da Empresa	62416	Beatriz Isabel Ribeiro Borda d'Água Monteiro	16/01/2023	Insolvência das Pessoas Singulares - O comportamento culposo do devedor e os seus efeitos	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Manuel Almeida Madeira Brito	Prof. Doutor Diogo Costa Gonçalves (P); Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (O) e Prof.ª Doutora Catarina Monteiro Pires (A)
Prática Jurídica	Direito Civil	57219	Marta Sofia Valadas de Barão Relvas	03/01/2023	O funcionalismo prático-jurídico da substituição pupilar e quase-pupilar	Prof.(a) Doutor(a) Maria Margarida Costa Silva Pereira Taveira Sousa	Prof. Doutor Jorge Duarte Pinheiro (P); Prof.ª Doutora Margarida Silva Pereira (O) e Prof. Doutor Daniel Morais (A)
Prática Jurídica	Direito Civil	63850	Mayara Colodete Antonio Dias	05/01/2023	A avaliação do risco associada a transferência de dados pessoais para países terceiros	Prof.(a) Doutor(a) Raquel Alexandra de Jesus Gil Martins Brizida Castro	Prof. Doutor Barreto Menezes Cordeiro (P e A); Prof.ª Doutora Raquel Brizida (O) e Prof. Doutor Francisco Mendes Correia (V)
Prática Jurídica	Direito da Empresa	57193	Vanda Patrícia da Conceição Alves Paulo Peixoto	14/12/2022	Crowdfunding de investimento : O dilema regulatório e a harmonização europeia	Prof.(a) Doutor(a) Ana Paz Ferreira da Câmara Perestrelo de Oliveira	Prof. Doutor José Ferreira Gomes (P e A); Prof.ª Doutora Ana Perestrelo de Olivera (O) e Prof. Doutor João Espírito Santo (V)
Ciência Jurídica	Ciências Jurídico-Filosóficas	59278	Elisa Maria Corrêa Silva	17/01/2023	Novas tecnologias, evolução demográfica e equilíbrio financeiro da aposentadoria: o sistema brasileiro entre as perspectivas jurídica e filosófica	Prof.(a) Doutor(a) Pedro Manuel Almeida Madeira Brito	Prof. Doutor João Pedro Marchante (P e A), Prof. Doutor Pedro Madeira de Brito (O); Prof.ª Doutora Maria Raquel Rei (V) e Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (V)
Ciência Jurídica	Direito Laboral	58777	VALDIR PALMIERI	06/01/2023	O ACTIVISMO JUDICIAL E O DIREITO PROBATÓRIO	Prof.(a) Doutor(a) José Luis Bonifácio Ramos	Prof. Doutor Rui Pinto (P e A), Prof. Doutor José Luis Bonifácio Raos (O); Prof.ª Doutora Sónia Santos Viana (V) e Prof. Doutor Tiago Antunes (V)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Penal	64032	Liliana Pereira Andrade	01/07/2022	A conformidade constitucional do recurso de revista alargada em caso de condenação ex novo.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (O) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	39743	Maria Leonor da Silva Magalhães	07/07/2022	A exposição das crianças a contextos de violência doméstica – que tutela jurídica?	Prof.(a) Doutor(a) Jorge Alberto Caras Altas Duarte Pinheiro	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (O) Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	56593	Eduardo Manuel da Costa Amaral	07/07/2022	O Direito ao Recurso das Pessoas Jurídicas no Processo Penal.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (P) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (O) Prof(a). Doutor(a) Duarte Rodrigues Nunes (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	39156	Carla Maria Costa Ramos	06/07/2022	O princípio da proibição da "reformatio in pejus" no direito contraordenacional.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Helena Bolina (A) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (O)
Prática Jurídica	Direito Penal	56589	Daniela Filipa de Oliveira Colaço Ribeiro	06/07/2022	Da competência para autorizar ou validar a apreensão de correio eletrónico em fase de inquérito.	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	64282	Jaqueline Coelho Catarino	07/07/2022	A problematização do tipo legal do crime de falsidade informática na lei do cibercrime.	Prof.(a) Doutor(a) Rui Filipe Soares Pereira	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Rui Soares Pereira (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	63385	Augusto Sanhá M'bana	07/07/2022	Exploração de menores na mendicidade e tráfico de seres humanos para fins de exploração da mendicidade.	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	38811	Cláudia Sofia Guerreiro Fernandes Webster-Saraiva	07/07/2022	O estatuto de controlador de acesso (gatekeeper) e a delimitação da sua responsabilidade no direito europeu da concorrência nos mercados digitais.	Prof.(a) Doutor(a) Paulo Manuel Mello Sousa Mendes	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (O) Prof(a). Doutor(a) Miguel Sousa Ferro (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	64058	Maria Ferreira da Silva Queiroz de Ataíde	12/07/2022	O princípio nemo tenetur se ipsum accusare e a descriptação de smartphones através de impressão digital, iris ou reconhecimento facial.	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	50359	João Rafael Gomes Baptista	23/08/2022	Criminalização da Linguagem - A contenda entre as ofensas e os discursos de ódio e a liberdade de expressão.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	57834	Carlos Diamantino Da Conceição	27/07/2022	As garantias dos direitos e liberdades na fase de execução da pena no ordenamento jurídico angolano.	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Alar Leite (A) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (O)
Prática Jurídica	Direito Penal	57313	Sara Filipa Martins da Costa	29/06/2022	A relevância processual penal dos depoimentos das vítimas menores de abusos sexuais.	Prof.(a) Doutor(a) Helena Marisa Pinheiro da Costa Morão	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (A) Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (O)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Penal	62308	Daniele Cerceau Avelino	10/01/2023	PRISÕES E VIOLÊNCIA: NECESSIDADE DE REGULAMENTAÇÃO DO TRÁFICO DE ESTUPEFACIENTES	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Helena Morão (P) Prof(a). Doutor(a) Miguel Lopes Romão (A) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (O)
Prática Jurídica	Direito Penal	52690	Maria Vitória Nunes Pereira	16/12/2022	O artigo 132º do Código Penal à luz do Princípio da Legalidade Criminal	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Maria Fernanda Palma (P) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)
Prática Jurídica	Direito Penal	51715	Mariya Sergiivna Kulyk	28/12/2022	Consequências Jurídico-Penais da Pedofilia no Crime de Abuso Sexual de Criança: Proposta de Abordagem	Prof.(a) Doutor(a) Inês Vieira da Silva Ferreira Leite	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (P) Prof(a). Doutor(a) Carlos Alberto Poiares (A) Prof(a). Doutor(a) Inês Ferreira Leite (O)
Prática Jurídica	Direito Penal	51703	Miguel Matos Anastácio Laia Franco	27/01/2023	Aproveitabilidade no processo penal da prova obtida por hacker	Prof.(a) Doutor(a) Teresa Maria Quintela de Brito Prazeres da Silva	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito (O) Prof(a). Doutor(a) António Brito Neves (A)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)




FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL E CIÊNCIAS CRIMINAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Augusto Cesar Piaskoski N.º: 60538 Data de Entrega: 19/07/2022	"A PREVENÇÃO DO BRANQUEAMENTO DE CAPITAIS E A ATUAÇÃO DAS UIF: ASPECTOS PROCESSUAIS PENAIIS"	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes Coorientador Gustavo Henrique Badaró	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) Paulo de Sousa Mendes (O) Miguel de Azevedo Moura (A)* A. Barreto Menezes Cordeiro (V)	Prof(a). Doutor(a) Miguel Teixeira de Sousa (P) Paulo de Sousa Mendes (O) Vitalino Canas (A)* A. Barreto Menezes Cordeiro (V)

*Substituição de Arguente.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO PENAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Joana Fonseca Martins de Pinho N.º: 52715 Data de Entrega: 29/03/2022	"Uso de Inteligência Artificial na Prevenção do Branqueamento de Capitais e Direitos Fundamentais"	Prof(a). Doutor(a) Teresa Quintela de Brito	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Miguel de Azevedo Moura (A)* Teresa Quintela de Brito (O)	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P) Vitalino Canas (A)* Teresa Quintela de Brito (O)

*Substituição de Arguente.



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa Alteração de Júri

Mestrado em Direito e Prática Jurídica | Especialidade de Ciências Jurídico-Forenses

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri
Nome: Micaela Abreu Figueira Barradas N.º: 56986 Data Entrega: 15-11-2022	"Acolhimento Familiar e Apadrinhamento Civil - uma análise crítica de duas figuras afins"	Prof(a). Doutor(a) Margarida Silva Pereira	Prof(a). Doutor(a) Jorge Duarte Pinheiro (O) Margarida Silva Pereira (P) Sofia Casimiro (A)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO CONSTITUCIONAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Igo Pessoa Santos N.º: 63202 Data de Entrega: 21-03-2022	"O livre desenvolvimento da personalidade no direito constitucional: Trajetórias, Conteúdo e Metodologia"	Prof(a). Doutor(a) Vitalino Canas	Prof(a). Doutor(a) Ana Guerra Martins (P)* Helena Morão (V) Predo Moniz Lopes (A) Vitalino Canas (O)	Prof(a). Doutor(a) Maria João Estorninho (P) Helena Morão (V) Predo Moniz Lopes (A) Vitalino Canas (O)
Nome: Daniela Azevedo Hampe N.º: 59980 Data de Entrega: 19-07-2022	"O princípio da dignidade da pessoa humana e a vítima de abuso sexual."	Prof(a). Doutor(a) Jorge Reis Novais	Prof(a). Doutor(a) Ana Guerra Martins (P)* Jorge Reis Novais (O) Isabel Vieira Borges (V) Claudia Monge (A)	Prof(a). Doutor(a) Maria José Mesquita (P) Jorge Reis Novais (O) Isabel Vieira Borges (V) Claudia Monge (A)

Sob



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

Nome: Thaise Braga Castro N.º: 59812 Data de Entrega: 20-06-2022	"As Restrições à Liberdade de Expressão dos Magistrados em razão da Imparcialidade Judicial"	Prof(a). Doutor(a) Rui Lanceiro	Prof(a). Doutor(a) Ana Guerra Martins (P)* Miguel Romão (V) Miguel Prata Roque (A) Rui Lanceiro (O)	Prof(a). Doutor(a) Maria João Estorninho (P) Miguel Romão (V) Miguel Prata Roque (A) Rui Lanceiro (O)
---	---	---	--	--

MESTRADO EM DIREITO E CIÊNCIA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITOS FUNDAMENTAIS

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Ana Carolina Boldrini N.º: 59936 Data de Entrega: 21-07-2022	"Os reflexos da influência da jurisprudência do Tribunal Europeu de Direitos Humanos na Corte Interamericana de Direitos Humanos"	Prof(a). Doutor(a) Rui Guerra da Fonseca	Prof(a). Doutor(a) Ana Guerra Martins (P)* Rui Guerra da Fonseca (O) Ana Soares Pinto (A) Jorge Silva Santos (V)	Prof(a). Doutor(a) Maria José Mesquita (P) Rui Guerra da Fonseca (O) Ana Soares Pinto (A) Jorge Silva Santos (V)

*Substituição da Presidente.

AS



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

Mapa de Alteração de Júri

MESTRADO EM DIREITO E PRÁTICA JURÍDICA ESPECIALIDADE EM DIREITO FINANCEIRO E FISCAL

Candidato	Título da Dissertação	Prof. Orientador	Júri Inicial	Novo Júri
Nome: Patrícia Alexandra Conceição Duarte N.º: 60471 Data de Entrega: 02/12/2022	"As Assimetrias Híbridas À luz do Relatório "Neutralising the Effects of Hybrid Mismatch Arrangements" e das Diretivas Anti-Elisão (ATAD I e II)"	Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira	Prof(a). Doutor(a) Paulo de Sousa Mendes (P+A)* Paula Rosado Pereira (O) Carlos Lobo (V)	Prof(a). Doutor(a) Prof.ª Doutora Ana Paula Dourado (Presidente) Prof.ª Doutora Paula Rosado Pereira (Orientadora) Prof. Doutor Carlos Lobo (Arguente)

*Substituição de Presidente.

*Substituição de Arguente.

Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	62105	Artur Paulo Gabriel	02/02/2023	A institucionalização dos impostos municipais em Angola, na perspetiva de implementação das autarquias locais	Prof.(a) Doutor(a) Guilherme Waldemar Goulão Dos Reis de Oliveira Martins	Profa. Doutora Ana Paula Dourado Prof. Doutor José Renato Gonçalves (Arguente) Prof. Doutor Guilherme W. Oliveira Martins (Orientador)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)

Mapa de Constituição de Júri



Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	62363	Luciana Teixeira Costa	09/01/2023	A (Não) cooperação na tributação da Economia Digital	Prof.(a) Doutor(a) Carlos Manuel Batista Lobo	Prof(a). Doutor(a) Ana Paula Dourado (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo (Orientador) Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (Arguente)
Prática Jurídica	Direito Financeiro e Fiscal	64029	Filipa Alexandra Gonçalves Teixeira	02/01/2023	Regime português dos residentes não habituais: Configuração legal do regime	Prof.(a) Doutor(a) Paula Cristina Santos Rosado Pereira	Prof(a). Doutor(a) Ana Paula Dourado (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Carlos Lobo (Arguente) Prof(a). Doutor(a) Paula Rosado Pereira (Orientadora)
Prática Jurídica	Economia e Políticas Públicas	62302	Bibiana Vasconcellos Freitas	02/01/2023	Behavioural Law and Economics e Plataformas Digitais: análise sobre as ferramentas utilizadas pelas plataformas digitais para influenciar o comportamento humano e a sua regulação.	Prof.(a) Doutor(a) Rute Neto Cabrita E Gil Saraiva	Prof(a). Doutor(a) Ana Paula Dourado (Presidente) Prof(a). Doutor(a) Rute Saraiva (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Miguel Patricio (Arguente)
Ciência Jurídica	Direito e Economia	61816	Gabriel Cordeiro de Sales	02/01/2023	O MERCADO DE CUIDADOS DE SAÚDE E O CUSTO BENEFÍCIO DA REGULAÇÃO ECONÓMICA: UMA AVALIAÇÃO NO CONTEXTO BRASILEIRO	Prof.(a) Doutor(a) Maria Paula Reis Vaz Freire	Prof(a). Doutor(a) Maria Paula Vaz Freire (Orientadora) Prof(a). Doutor(a) Pedro Infante Mota (Presidente) Prof(a). Doutor(a) João Espírito Santo Prof(a). Doutor(a) Miguel Patricio (Arguente)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



Mapa de Constituição de Júri

Ciclo de Estudos	Especialidade	N.º	Nome Aluno(a)	Data de Entrega	Título	Orientação	Júri*
Ciência Jurídica	História do Direito	60008	Ana Letícia Matos Gonçalves	20/02/2023	ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA EM PORTUGAL: UMA ANÁLISE SOB A ÓTICA HISTÓRICO-JURÍDICA	Prof.(a) Doutor(a) Isabel Maria Dos Santos Graes	Prof. Doutor Pedro Caridade Freitas (Presidente e Arguente) Prof.ª Doutora Susana Videira Prof.ª Doutora Isabel Graes (Orientadora) Prof.ª Doutora Rute Saraiva (Vogal)

* Indicar a função do elemento do júri (Presidente, Arguente, Orientador e/ou Vogal)



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

**Mapa de Admissão à Fase de Preparação da Tese de Doutoramento
com Dispensa da Fase Escolar**

DOUTORAMENTO BOLONHA EM DIREITO

Candidato(a)	Especialidade	Prof.(a) Orientador(a)	Título da Dissertação/Tese	Resumo
Nome: Rita Alexandre do Rosário Nº: 47921	Ciências Jurídico-Criminais	Maria Fernanda Santos Martins Palma Pereira	A CENSURABILIDADE DO ERRO SOBRE A ILICITUDE NO DIREITO PENAL PORTUGUÊS	Licenciatura em Direito pela FDUL, em 20/07/2015, com a classificação final de 15 (quinze) valores. Mestrado em Direito e Ciência Jurídica – Especialidade de Direito Penal e Ciências Criminais pela FDUL em 09/03/2020, com a classificação de 18 (dezoito) valores.

Parecer da Comissão de Estudos Pós-Graduados

Tendo analisado o requerimento apresentado pela Requerente Rita Alexandre do Rosário, bem como os documentos que o instruem, a CEPG, nos termos do n.º 5 do artigo 73.º do RMD, emite parecer favorável ao requerido, porquanto:

1. A requerente é titular do grau de Mestre, concluído em 09 de março de 2020, com 18 valores (n.º 2 do artigo 73.º do RMD);
2. A especialidade do curso de mestrado frequentado pelo Requerente e a área do tema da tese de doutoramento que propõe elaborar são coincidentes (alínea a), do n.º 2 do artigo 73.º do RMD);
3. O candidata é licenciado pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa e realizou o mestrado na mesma Faculdade (alínea b), do n.º 2 do artigo 73.º do RMD);
4. O mestrado que realizou tinha natureza científica (alínea c), do n.º 2 do artigo 73.º do RMD);
5. O parecer do orientador procede a uma fundamentada apreciação nos termos das alíneas b) e d) do n.º 2 do artigo 73.º do RMD.

Lisboa, 13 de janeiro de 2023

Candidatura à 2.ª fase do Doutoramento em Direito
Tese
Conclusão da parte escolar no ano letivo 2021-2022
(Conselho Científico de 22 de março 2023)

Número	Nome do(a) candidato(a)	Título da tese proposto	Professor(a) Doutor(a) Orientador(a) Indicado(a)	Doutoramento Especialidade	Unidades Curriculares parte escolar concluída em 2021-2022	Nota	Média final	Habilitação anterior				
								Curso	Instituição	Classificação/Menção	Ano de conclusão	Título do(a) trabalho/dissertação
60052	Juliana Leite Ferreira Cabral	MEDIÇÃO COMUNITÁRIA: UMA ANÁLISE PELO VIÉS DA TEORIA DEMOCRÁTICA	Vitalino José Ferreira Prova Canas	Ciências Jurídico-Políticas	Metodologia de Investigação Científica Avançada	16	15,40	Mestrado em Direito - Área de concentração: Direito do Estado	Universidade do Paraná (Brasil)	Média: 9,10 (média convertida: 18,20 valores)	2007	A re-significação da política: um diálogo entre Hannah Arendt e os movimentos sociais
					Seminário de Investigação de Direito Administrativo	14						
					Seminário de Investigação de Direito Constitucional	16						
					Seminário de Investigação de Direitos Fundamentais	16						

Observações:

– A candidata entregou o Projeto de Tese e respetiva Carta de Aceitação do Professor Orientador.

Versão do documento: 10-03-2023 MN



FACULDADE DE DIREITO
UNIVERSIDADE DE LISBOA

✓
9

Mapa de Alteração de Orientador(a)

DOUTORAMENTO BOLONHA EM DIREITO ESPECIALIDADE DE HISTÓRIA DO DIREITO

Estudante	Título da Dissertação	Prof.(a) Orientador(a)	Novo Prof.(a) Orientador(a)
Nome: Elsa Maria Branco da Silva Nº: 45833	O ARQUIVO HISTÓRICO DA FACULDADE DE DIREITO DE LISBOA: DA RECUPERAÇÃO DE MEMÓRIAS INTEMPORAIS À RECONSTITUIÇÃO DA HISTÓRIA DA INSTITUIÇÃO E DA HISTÓRIA DO DIREITO PORTUGUÊS	Prof.(a) Doutor(a) Gonçalo Teotónio Pereira Sampaio e Mello	Prof.(a) Doutor(a) Prof. Doutor Pedro Caridade de Freitas



Requerimento
Alteração de Orientador de Tese

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Miguel de Lemos, portador da matrícula n.º 55328 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos termos do artigo 74.º n.º 5 do RMD, aprovado pelo Despacho n.º 44/2018, de 4 de maio de 2018, do Diretor da FDUL, alterado pelo Despacho n.º 8673/2021, publicado em *Diário da República*, no dia 1 de setembro de 2021, vem, na sequência da prossecução do projecto de tese anteriormente submetido, nomeadamente das reflexões de ordem metodológica resultantes da análise desenvolvida da literatura de referência da área disciplinar do Direito e Desenvolvimento – tanto dos trabalhos de feição teórico-conceptual como dos trabalhos de campo de antropologia jurídica aplicada – requerer a alteração de orientador de tese, indicando para tal o Senhor Professor Doutor Jorge Silva Santos, da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, tendo como co-orientadores o Senhor Doutor Bertram Turner, Investigador Principal do Departamento de Antropologia e Direito do Instituto Max Planck para a Antropologia Social, em Halle, Alemanha e o Senhor Doutor Bernardo Almeida, Professor na Leiden University College e Investigador no Instituto Van Vollenhoven da Universidade de Leiden.

O requerente, abaixo assinado, protesta juntar, em anexo, as declarações dos supra-referidos orientadores.

Pede deferimento.



Miguel de Lemos

Lisboa, 13 de Março, 2023



Requerimento
Elaboração da Tese em língua estrangeira

Exmo. Senhor Presidente do Conselho Científico
Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa

Miguel de Lemos, portador da matrícula n.º 55328 na Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, nos termos do artigo 78.º n.º 5 do RMD, aprovado pelo Despacho n.º 44/2018, de 4 de maio de 2018, do Diretor da FDUL, alterado pelo Despacho n.º 8673/2021, publicado em *Diário da República*, no dia 1 de setembro de 2021, vem por este meio requerer a autorização para que a tese que se encontra a investigar seja, doravante, desenvolvida em língua inglesa.

Tal pedido prende-se com as vantagens de adoptar uma língua franca nesta área de investigação, nomeadamente nas instituições de acolhimento da pesquisa que, correspondem à afiliação dos co-orientadores. Acresce a esta necessidade o facto de os programas de Desenvolvimento Internacional, objecto de estudo, recorrerem maioritariamente ao inglês como língua de trabalho. Tal desiderato, encontra igualmente respaldo na necessidade de garantir uma maior divulgação científica do estudo, designadamente, nos fóruns de discussão destas matérias, garantindo, deste modo, a projecção do trabalho desenvolvido, indo ao encontro da política de internacionalização da produção científica da Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa.

Pede deferimento.



Miguel de Lemos

Lisboa, 13 de Março, 2023